Globethics Repository



Entre o ideal e a realidade caótica
[Between the ideal and chaotic reality]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Lepargneur, Hubert
Publisher	Centro Universitário São Camilo
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-11-12 14:40:03
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/214529

Revista BIOETHIKOS - Centro Universitário São Camilo - 2010;4(4):472-475

Entre o ideal e a realidade caótica

Between the ideal and chaotic reality
Entre el ideal y la realidad caótica

Hubert Lepargneur*

Segundo a Organização Mundial da Saúde, "a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doença ou de mal-estar": definição em vigor desde 1948 nos países signatários, como o Brasil. Segundo a Constituição desse país, a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado. Portanto se meu médico achar que o preciso de uma psicanálise ou meu bebê de um problemático remédio recentemente descoberto na Inglaterra, aciono meu advogado para que uma sentença judicial obrigue o ministério da saúde a pagar os custos de minhas pretendidas necessidades. De fato o governo brasileiro gasta milhões de dólares por ano para atender os pedidos deste selecionado grupo que se acha inconfortável. Infelizmente nenhum país no mundo tem riqueza suficiente para satisfazer tais necessidades por toda sua população; os pobres ignoram simplesmente tais legislações, promessas e processos, sabendo morrer em silêncio. No entanto durante muitos anos eles podiam ler sobre os ônibus municipais, numa metrópole como São Paulo, que o transporte urbano era dever do serviço público e direito do cidadão, ainda que este sofresse de tais meios de transporte para o veicular de sua periferia, eventualmente uma favela, para o lugar de seu ganha-pão, se tiver.

O público mais culto conhece muitas exposições da ética econômica, da moral política ou dos negócios, ao passo que os eruditos e teólogos da Igreja não se pouparam em escrever e publicar tais respeitáveis manuais ou tratados, sem desconsiderar as encíclicas e outros documentos papais ou romanos que sabem detalhar e caprichar tais pormenores, supostos nortear as sociedades civilizadas. Acrescentar um volume para condenar a liberalismo capitalista e o egoísmo materialista, que polarizam a atividade humana sobre a maximização dos lucros e das fortunas, talvez seja proveituoso ou inevitável, mas não parece provocar muito efeito saneador. São exposições louváveis, equilibradas nos melhores dos casos, mas são incapazes de diminuir sensivelmente a distância que separa a teoria e as práticas. Obviamente temos de levar em conta as fragilidades humanas e as incoerências de nossos comportamentos, mas o desafio não desaparece por tanto. Muitas decisões legislativas ou judiciárias não são aplicadas; certos projetos, por vezes já pagos pelo dinheiro público, ficam no papel.

Faltam esforços, reflexões, ensaios, métodos eficazes que ajudem ou permitem a transposição de tais abismos do dever ser ao ser. Recente prática editorial percebeu o desafio em diversos contextos: criam-se nas editoras e nas bibliotecas coleções de opúsculos agrupados sob o título de "autoajuda". Trata-se de uma inovação despretensiosa, mas afinal lucrativa porque corresponde a desejos solváveis ou a necessidades outrora não atendidas. Tentam ocupar a vacuidade que separa em muitos domínios a teoria e a prática; aproximam-se assim, nas melhores das contribuições, de uma atuação que seria ao mesmo tempo prática, eficaz e ética. Toda cultura muda, mas geralmente com uma infinita lentidão; o desafio consiste em facilitar a tomada real de uma direção feliz.

Portanto as mediações que sugerem os passos de uma caminhada mais concreta não suprimem nem prejudicam a formulação de programas e ideais mais amplos que delineam uma finalidade mais elevada, ideológica ou religiosa, atingível ou não. Destarte a imaginação que concebe grandiosas sínteses não está eliminável, nem da ciência

* Teólogo camiliano. Licenciado em Filosofia. Doutor em Direito pela Universidade de Paris.

Revista BIOETHIKOS - Centro Universitário São Camilo - 2010;4(4):472-475

que progride não apenas através das observações e experimentações, mas graças a projetos imaginados, hipóteses, mais ou menos sintéticas, desafiadoras, que alimentam precisamente observações e experimentos. Na realidade houve sempre uma certa preparação para chegarmos à estatura da humanidade madura: bem ou mal organizada, trata-se do período da educação, da escolaridade, da aprendizagem. O que mudou no mundo moderno, em razão da instabilidade dos modos de fabricação e distribuição, é que este período de tirocínio dura eventualmente a vida inteira ou se repete, antes da aposentadoria.

Ao lado da teoria e dos progressos tecno-científicos, há lugar para um empirismo esclarecido. Antes de Heidegger, no século XIX, Victor Hugo denunciava profeticamente os perigos da expansão das máquinas substituindo o trabalho humano, sem devida atenção aos efeitos sociais deste "progresso". A complexidade tecnológica tornou-se uma máquina que avança quase cegamente, enfeitada e recompensada por prêmios Nobel e outras distinções, nem sempre promovedora do bem-estar prometido ou devido às populações carentes.

O imediatismo das transmissões e comunicações, orgulho de nossa época, notadamente entre bancos e bolsas ou para facilitar viagens e negócios de *commodities*, afetou muito os mecanismos do capitalismo, permitindo uma especulação sobre os preços dos mercados futuros que degenerou na recente crise mundial da economia. A remuneração não depende mais do trabalho suado do trabalhador, mas da produtividade de investimentos cujo sucesso depende do acerto de previsões estatisticamente calculadas na mão de peritos que dispõem dos recursos técnicos ao dispor de tais especialistas. A globalização não significa basicamente a melhoria da vida das multidões proletárias ou desempregadas, mas a extensão do chão no qual podem se mover as "aplicações" dos *traders* ou os investimentos dos dirigentes de multinacionais que provavelmente ignoram tudo dos impactos de suas decisões sobre a vida diária de milhões de seres sub-humanos. A questão básica, portanto, não é celebrar ou reprovar o capitalismo, mas tomar conta de sua evolução e transformação, para imaginar e montar medidas capazes de suavizar sua maldita cegueira, mediante medidas político-governamentais e/ou organizações beneficentes não lucrativas mas solidárias.

A máquina produtiva almeja mais o lucro de seus donos e acionistas que a melhoria da vida daqueles que não têm o meio de penetrar no círculo produtivo. Por isso intervenções beneficentes devem surgir tanto do meio político quanto da sociedade civil independente das ideologias e interesses dos partidos e governantes políticos. obvios estão aqui o papel e o dever das organizações filantrópicas, como religiões, Igrejas, maçonarias ... encarregadas de contribuir com humanização no mundo arado pelo bulldozer político-econômico, que pode se satisfazer pela publicação, de vez em quando, de Declarações sublimes e enfáticas sobre os direitos humanos do cidadão.

Deve ficar óbvio que a finalidade deste texto é mais prático, senão pragmático, que programático no sentido da exaltação de sublimes metas inatingíveis, mas geradoras de boa consciência nos países do Ocidente, preparados por séculos pouco valorizados de cristianização medieval e de cristandade, por imperfeitos que foram. Tratando-se notadamente dos direitos humanos e da eminente dignidade da pessoa humana, esquece-se de definir (e não sem motivo) de maneira inequívoca de que se trata, supondo óbvios os valores implicados, sem perceber que tal legado ocidental está amplamente desconhecido ou rejeitado por uma maioria oriental. A moderna hermenêutica deveria entretanto nos precaver contra tal simplismo, porque cada pessoa, cada cultura, interpreta as mensagens recebidas segundo seu próprio background e porque uma cultura não muda rapidamente para o que nos parece, não sem razão, o melhor.

A classificação das nações segundo o valor de seu Pib e os progressos de seus lucros comerciais nos impede de julgar mais sadiamente a evolução de nosso mundo globalizado. Toda transferência de função, em qualquer nível das atividades industriais ou de gestão, comporta um custo que deve suportar seja a nação de onde sai a força de trabalho, seja a nação novamente incumbida das ditas tarefas, e mais provavelmente ambas estas comunidades. Por enquanto os fatores decisivos se concentram nas remunerações das mais altas diretorias e dos acionistas que influem sobre a cotação dos títulos em bolsa. Apesar das gritarias, gesticulações e greves de diversos sindicatos que pouco entendem de bem comum (porque a crise de um país se repercute fatalmente sobre o conforto dos operários dos sindicatos, apesar de sua cegueira), numerosas vítimas do caos são também ou foram seus apaixonados artesãos. Parece motivada a reflexão do escritor Philippe Claudel que escreveu no *L'Express* (de 1-10-10): "dados os obstáculos que nos condicionam, eu me surpreende

Revista BIOETHIKOS - Centro Universitário São Camilo - 2010;4(4):472-475

que não haja mais suicídios do que o registrado, provando uma admirável resistência humana (a resiliência)". Não é uma poderosa caridade cristã que inspira então a observação deste romancista e cineasta contemporâneo, porque ele acrescenta:

> Abandonei há muito tempo o protocolo da crença (religiosa), a empresa que anexou Deus e montou com isso um belo comércio de 2.000 anos. Entretanto a ideia de Deus, supondo que cada coisa seja orientada a partir de um princípio fundador, me preocupa. Achei estimulante a condição de não saber.

A fixação da atenção sobre o cume, sobre a maximação do poder e do dinheiro por parte das elites econômico-políticas, estende-se frequentemente na ignorância e no desprezo das camadas mais humildes, notadamente na Ásia e na África. Tomamos o exemplo não extremo da Argélia atual. Hocine Malti mostra em seu livro "História secreta do petróleo argelino" (Découverte, 2010) que a Argélia está doente de seus dirigentes (políticos e econômicos) e não por causa do petróleo ou de outros pretextos: o consumo do país repousa quase integralmente sobre a importação, fonte de corrupção e de desemprego que não cessam de crescer. Informação similar se encontra no livro de L. Martinez "Violence de la rente pétrolière" (Science politique, 2010).

Passando da produção à justiça, encontramos similares desafios. Apesar de certas melhorias com o rei Mohammed VI, o Marrocos apresenta um sistema judiciário altamente preconceituoso e injusto, que promove e alimenta a corrupção, para o benefício dos ricos, políticos e espertalhões, esmagando os modestos cidadãos menos providos. Não surpreende que o atual ministro marroquino, Mohamed Naciri, seja também o advogado particular do rei e de sua família, não desprovidos de amplas ambições patrimoniais e de autoridade. Contam pouco não apenas as outras mulheres, outras crianças, mais também outras religiões, das quais o soberano rei não é o líder espiritual nem o pai protetor. Resumidamente, a modernização anunciada e esperada neste país e para ele, abortou.

O ideal sonhado para uma fraternidade universal ou uma paz fundada em comuns princípios éticos, está portanto longe de nós. Daí estas duas decorrências: tomar consciência disso e multiplicar os esforços para aproximar a humanidade do ideal que concebemos para ela, menos por eloquentes discursos do que por gestos concretos. Temos assim tentado sugerir a oportunidade de descobrir meios para aproximar uma realidade falha de seu ideal incansavelmente proclamado. Resta alimentar nossas esperanças e tentar exemplificar pontos sensíveis na área atualmente particularmente sensível das finanças. Quem estranha certas incoerências deve refletir sobre o mistério dos planos divinos. Se Cristo permanece o rei da história, conhecemos também ume judiciosa delegação: "Louve seja dado ao Deus uno e trino, por mando de quem os anjos governam e dirigem o mundo" (Vésperas de 2/10).

Na economia capitalista os pontos nevrálgicos são conhecidos, mas estritamente protegidos para conservar privilégios fundamentalmente iníquos mas intocáveis: as reformas oportunas das aplicações bolsistas e bancárias são vetadas por quem de direito em Nova York e Londres. Uma breve incursão nos negócios norte-americanos recentes esclarece o suficiente para saber em que direção seria oportuno, mas vetado, prosseguir. Nem o poder político supremo nem poder religioso algum se atreve a pôr pontos sobre os is nos assuntos que envenenam a inteira salubridade do gênero humano. Em 2010 constatamos um crescimento notável e acelerado das desigualdades econômico-sociais que o presidente Obama quer reduzir e os republicanos, acentuar. Um percentual dos mais ricos possui 35% da riqueza nacional. Dois anos após o desastre das suprimes, nenhum dos responsáveis da crise se viu condenado à prisão. Entre eles: Dick Fuld, PDG (presidente diretor geral) da Lehman brothers, falida em 16 de setembro de 2008; Lloyd Blankfein, dirigente de Goldman Sachs, que produziu os "produtos financeiros" envenenados ou podres (os subprimes); os *traders* mais desprovidos de escrúpulos e outros adeptos da desregulação mais completa, isto é, de uma atividade financeira selvagem.

Frank Rich dá por título a um editorial do *New York Time*: "Ninguém pode ser criticado" nesta tormenta. Ralph Cioffi, dono de três Ferrari e de quatro casas, ganhou 32 milhões de dólares em 2005-6; gerente, com MatthewTanni do Fundo Bear Stearns foi acusado de enganar sua clientela a respeito dos subprimes, mas foi relaxado indene. Chris Dodd, presidente da Comissão bancária do Senado americano, beneficiou seis vezes do programa especial de empréstimos imobiliários favoráveis às autoridades políticos. Esta situação pouco ortodoxa não impediu que as autoridades vinculadas aos grandes bancos bloqueiem firmemente impostos para banqueiros ou

Revista BIOETHIKOS - Centro Universitário São Camilo - 2010;4(4):472-475

transferências de importantes fundos, o que moralizaria e sanearia a situação vacilante que conhecemos. Afinal, o que pedem, tanto a ética natural quanto a doutrina social da Igreja, senão que os membros da sociedade paguem impostos proporcionais a suas entradas ou benefícios para o cuidado do bem comum e dos desafortunados? O bloqueio à ética e ao equilíbrio das contas é conhecido, este ponte que permitiria à realidade aproximar-se e se confundir com o dever-ser, mas o egoísmo costumando ser proporcional à riqueza e ao poder, cria um impedimento que parece absoluto; a época das revoluções parece ter sido encerrada. Fracassaram por exemplo as tentativas de suprimir as *stock opções* ou de limitar a autodeterminação dos supersalários dos dirigentes e seus bônus de saída. Alan Greenpan, que faltou na direção da *Federal Reserve,* controladora do mercado, foi promovido conselheiro da Deutsche Bank e de importantes Fundos de investimentos; concede também falar a auditórios, selecionados pelo Washington Speakers Bureau, por dezenas de milhares de dólares a palestra.

A mesma boa consciência anima o patrão do gigante mundial do Seguro, AIG, Joseph Cassano, que ganhou mais de 300 milhões como responsável dos "produtos financeiros" da AIG, cujo resgate custou 180 milhões de dólares aos contribuintes americanos. Os três PDG das maiores agências de rating (avaliadoras da saúde das firmas e bancos) não deixaram suas sedes. O ex PDG de Merrill Lynch, John Thain, que tinha pago seu cesto de papéis 1.400 dólares, está chefiando o banco CIT Group (com o salário de 6 milhões de dólares e bônus que pode atingir 1,5 milhão); o tesouro público tinha pago 2,3 bilhões por seu resgate. Informações e pormenores em *Le Nouvel Observateur* de 22-09-2010.

Esta questão do divórcio da teoria e da prática (sua diferença e distância são normais quando não exageradas) tornou-se chocante no mundo atual, comportando lances dramáticos e antinomias insuportáveis, mesmo em países de alta civilização como os Estados Unidos. Após ter provocado series de falências, o drama tomou tais dimensões que obrigou o tesouro nacional socorrer com bilhões de dólares diversos bancos e outras firmas. Anos depois, haja havido ou não certos reembolsos, os ganhos de certas firmas e sobretudo de seus donos ou dirigentes voltaram aos altos patamares desafiadores do destino geral. Os responsáveis ingleses ou americanos não demonstraram o menor arrependimento e ninguém foi condenado à prisão. Novamente 1% dos mais ricos, geralmente com base em manipulações financeiras legais ou ilegais, possuem, em 2010, 35% da riqueza norte-americana. Neste continente não temos conhecimento do concerto dos desfalques provocados pelas subprimes (créditos imobiliários arriscados cuja multiplicação provocou uma monstruosa bulha que explodiu e contaminou papéis vendidos muito acima de seu valor). Os responsáveis e envolvidos são conhecidos, como Dick Fuld, PDG de Lehman brothers, cuja falência ocorreu em 16 de setembro de 2008, suscitando um pânico mundial; como Lloyd Blankfein, da Goldman Sachs, que preparou os produtos financeiros ciciados vinculados às subprimes, os *traders* abusivos (um, de origem francesa, foi julgado e condenado na França), outros culpados do "delito de iniciados" recuperaram altas funções bancárias ou financeira, a reforma legislativa ou regulamentar foi até agora insignificante, ainda que alguns especialistas não descartam recaídas. Segundo o título de um editorial de Franck Rich (no *New York Time*) "Ninguém pode ser censurado por coisa alguma". Não discordam Ralph Cioffi e Matthew Tannin, gerentes bancários.

Conforme estatísticas oficiais cerca de um bilhão de pessoas carecem no mundo de alimentação suficiente, quando cresce o número de bilionários. Torna-se então difícil contentar-se em afirmar que a riqueza em si não é ilegal nem imoral. Volta à tona, pelo menos na Europa, a ideia de decidir uma imposição transnacional sobre as transferências e fundos financeiros, mas será que ume crescente necessidade de muitos será um dia capaz de superar as conhecidas barreiras do egoísmo da elites do poder? Que penar então de uma limitação legal das imposições de qualquer pessoa, ao máximo, da metade de seus ganhos? Esta norma seria injusta e imoral para quem aceita que os mais ricos devem algo à comunidade dos indigentes e necessitados (senão, em que consistiria o Bem comum, fim da política e alma de sua ética?) Injusta porque os pobres necessitam, para sobreviver, da segunda metade de seus ganhos, ao passo que esta segunda metade não muda nada concretamente na opulência vivencial dos mais ricos.

Recebido em: 8 de junho de 2010.
Aprovado em: 22 de julho de 2010.